



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

### SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CTASP AO PROJETO DE LEI Nº 735, DE 2011

*Considera de especial interesse para o país, a prática regular de atividades físicas e desportivas por Policiais Federais, Policiais Rodoviários Federais, Policiais Ferroviários Federais, Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares, e determina sua incorporação nas rotinas dessas corporações.*

#### O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica considerada como de especial interesse para o Estado Brasileiro a prática regular de atividades físicas e desportivas por parte dos policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais ferroviários federais, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares, visando à obtenção e manutenção do condicionamento físico adequado às respectivas funções, e que deverão ser incorporadas às rotinas de todas as corporações.

**Art. 2º** As atividades físicas e desportivas serão desenvolvidas, sempre que possível, nas unidades da própria corporação, e conduzidas ou supervisionadas por profissional de educação física ou fisioterapia, devidamente habilitado.

Parágrafo único. As atividades de que trata o *caput* deste artigo serão desenvolvidas adotando-se um mínimo de 1 (uma) hora diária e de 5 (cinco) horas semanais.

**Art. 3º** Para o fiel cumprimento desta lei, o Poder Executivo fica autorizado a firmar parcerias, inclusive mediante convênios com



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

academias de ginástica e clubes desportivos, sempre que julgar necessário.

**Art. 4º** As atividades físicas e desportivas previstas só poderão ser ministradas após prévia e devida avaliação física, social e psíquica, também realizadas por profissionais habilitados nas respectivas áreas de atuação, observando-se a compatibilidade entre as atividades físicas propriamente ditas, a idade do servidor e sua condição cardiorrespiratória.

**Art. 5º** A participação dos servidores relacionados no art. 1º desta lei na prática regular de atividades físicas e desportivas estabelecidas pelas respectivas corporações será computada como efetivo exercício.

**Art. 6º** A inobservância dos ditames desta lei implicará em falta disciplinar grave da autoridade que concorreu para tal.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de março de 2015.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO  
Presidente